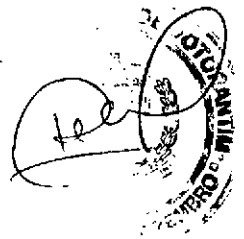




# Câmara Municipal de Votorantim

“Capital do Cimento”

ESTADO DE SÃO PAULO



**Autógrafo nº 36/01**

**Projeto de Lei nº 64/01**

Estabelece o Vale-Alimentação e dá outras providências.

Lei nº.....de.....de.....de 2001.

**JAIR CASSOLA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VOTORANTIM, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVA E ELE SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:**

**Art. 1º** - Fica estabelecido o Vale-Alimentação, para os servidores públicos municipais, que será concedido em substituição a Gratificação Pessoal de Alimentação-GPA prevista pela Lei nº 1550 de 23 de janeiro de 2001.

**§ 1º** - Consideram-se servidores para os efeitos desta lei, os ocupantes de cargos de provimento efetivo, e os contratados em caráter temporário, excluídos os ocupantes de cargos de provimento em comissão.

**§ 2º** - A contribuição para o custeio do Vale-Alimentação que trata o “caput” deste artigo ocorrerá nas proporções estabelecidas no Artigo 2º, mediante desconto em folha de pagamento.

**Art. 2º** - O Vale-Alimentação, que será fornecido na data do pagamento, em forma de “TICKET”, obedecerá a seguinte composição de recebimento e desconto, de acordo com a remuneração efetivamente percebida pelos servidores no mês anterior ao da concessão do Benefício, conforme tabela abaixo:

Faixa Valores Recebidos		Valor Vale-Alim. a Descontar do Func.	Valor Vale-Alim. parte CMV	Total Vale-Alimentação
Até	880,00	2,00	110,00	112,00
Até	1.320,00	2,00	88,00	90,00
Acima	1.320,00	2,00	77,00	79,00



# Câmara Municipal de Votorantim

“Capital do Cimento”

ESTADO DE SÃO PAULO



**§ 1º** - Não se incluem na remuneração para efeito

desta Lei:

- I – O Abono pecuniário de férias;
- II – O Acréscimo de um terço de férias;
- III – Diárias;
- IV – Licença Prêmio em pecúnia;
- V – Gratificação de natal;
- VI – Ajuda de custo;
- VII – Salário-família.

**§ 2º** - Caso o servidor venha a faltar 5 (cinco) dias ou mais, injustificadamente no mês, perderá o direito de receber o Vale-Alimentação, referente ao mês da ocorrência das faltas.

**Art. 3º** - O Vale-Alimentação deve obedecer aos seguintes princípios:

I – não tem natureza de vencimentos, não se incorporando como remuneração do funcionário para quaisquer efeitos;

II – não constitui base de cálculo de contribuição previdenciária;

III – não é considerada para efeito de gratificação de natal;

IV – não configura rendimento tributável do funcionário.

**Art. 4º** - As disposições desta Lei serão aplicadas a todos os órgãos da Administração Direta e Indireta do Município.

**Art. 5º** As despesas decorrentes com a aprovação desta Lei correrão por conta de verbas próprias consignadas no Orçamento.



# Câmara Municipal de Votorantim


“Capital do Cimento”

ESTADO DE SÃO PAULO




**Art. 6º** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de outubro de 2001, revogadas as disposições em contrário.

**Votorantim, 01 de novembro de 2001.**

  
**Jerson Pedroso**  
**PRESIDENTE**

  
**Heber de Almeida Martins**  
**1º SECRETÁRIO**

  
**Jomar Teles Procopio**  
**2º SECRETÁRIO**